

PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A.
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO



Pernambucanas Financiadora S/A
Crédito, Financiamento e Investimento

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - JUNHO 2020

**PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A.
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

PERNAMBUCANAS

Pernambucanas Financiadora S/A
Crédito, Financiamento e Investimento

ÍNDICE

RELATÓRIO DA DIRETORIA	03
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DEZEMBRO DE 2019	03
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	03
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	03
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	03
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	04
1. CONTEXTO OPERACIONAL	04
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	04
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	04
4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	05
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS	05
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	05
7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	06
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	06
9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	06
10. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	07
11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	07
12. IMOBILIZADOS EM USO	08
13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS CLIENTES	08
14. PROVISÕES	08
15. OUTROS PASSIVOS	08
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08
17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	09
18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	09
19. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	09
20. PARTES RELACIONADAS	09
21. LIMITES OPERACIONAIS (ACORDO DA BASILEIA)	09
22. OUTRAS INFORMAÇÕES	09
23. EVENTOS SUBSEQUENTES	09
DIRETORIA	09
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10

PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

PERNAMBUCANAS

Pernambucanas Financiadora S/A
Crédito, Financiamento e Investimento

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras de Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, com o relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 28 de setembro de 2020.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	06/2020	12/2019	PASSIVO	Nota	06/2020	12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	145.632	143.682	Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Instrumentos financeiros		<u>3.269.286</u>	<u>3.553.955</u>	passivos		<u>1.214.365</u>	<u>760.006</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	530.134	204.000	Instituições financeiras	13	1.203.768	755.359
Títulos e valores mobiliários	6	169.070	153.863	Outros clientes	13	10.597	4.647
Operações de créditos	8	2.359.774	2.864.462	Provisões		<u>439.447</u>	<u>434.817</u>
Outros instrumentos financeiros	10	210.308	331.630	Contingências	14	439.447	434.817
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(521.248)	(519.166)	Outros passivos	15	907.745	1.655.294
Créditos tributários	11	<u>239.949</u>	<u>239.926</u>	Patrimônio líquido		<u>653.603</u>	<u>647.786</u>
Outros ativos		<u>8.016</u>	<u>6.534</u>	Capital social	16	298.000	298.000
Investimento em participação em controlada		105	67	Reservas	16	<u>355.603</u>	<u>349.786</u>
Imobilizado de uso	12	122.049	112.387	Total do Passivo		<u>3.215.160</u>	<u>3.497.903</u>
(-) Depreciações e amortizações	12	(48.629)	(39.482)				
Total do Ativo		<u>3.215.160</u>	<u>3.497.903</u>				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital realizado	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	16	298.000	59.600	223.101	-	580.701
Retenção de dividendos	16	-	-	10.544	-	10.544
Lucro líquido		-	-	-	42.088	42.088
Destinação do lucro líquido:						
Reservas estatutárias		-	-	42.088	(42.088)	-
Saldos em 30 de junho de 2019		<u>298.000</u>	<u>59.600</u>	<u>275.733</u>	<u>-</u>	<u>633.333</u>
Mutações no período		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>52.632</u>	<u>-</u>	<u>52.632</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019		298.000	59.600	290.186	-	647.786
Lucro líquido		-	-	-	7.755	7.755
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	(1.938)	(1.938)
Saldos em 30 de junho de 2020		<u>298.000</u>	<u>59.600</u>	<u>290.186</u>	<u>5.817</u>	<u>653.603</u>
Mutações do período		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.817</u>	<u>5.817</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações, expresso em reais)

	Nota	06/2020	06/2019
Receitas da intermediação financeira		<u>492.592</u>	<u>603.956</u>
Operações de crédito	8 (d)	483.155	586.817
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	9.437	17.139
Despesas da intermediação financeira		<u>(19.119)</u>	<u>(31.654)</u>
Operações de captação no mercado	13	(19.119)	(31.654)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>473.473</u>	<u>572.302</u>
Provisão para perdas		<u>(398.553)</u>	<u>(407.440)</u>
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(398.553)	(407.440)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(61.384)</u>	<u>(83.416)</u>
Receitas de prestação de serviços	17	120.486	142.393
Resultado de participações em controladas		39	-
Despesas de pessoal		(19.598)	(17.254)
Outras despesas administrativas	18	(115.221)	(168.229)
Despesas tributárias		(32.623)	(45.472)
Outras receitas / despesas operacionais	19	(14.457)	5.162
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		<u>13.536</u>	<u>81.462</u>
Imposto de renda e contribuição social	11 (d)	<u>(5.781)</u>	<u>(39.374)</u>
Provisão para imposto de renda		(3.776)	(44.756)
Provisão para contribuição social		(2.028)	(26.576)
Ativo fiscal diferido		23	31.958
Lucro líquido do semestre		<u>7.755</u>	<u>42.088</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		<u>0,03</u>	<u>0,14</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais)

	06/2020	06/2019
Lucro líquido ajustado do período	<u>31.318</u>	<u>152.576</u>
Lucro líquido do período	15.137	82.416
Depreciações / amortizações	9.093	8.165
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.082	53.543
Provisões	5.006	8.452
Varição em ativos operacionais - (aumento) / diminuição	<u>208.035</u>	<u>(176.830)</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(326.134)	-
Títulos e valores mobiliários	(15.207)	24.592
Operação de crédito	504.688	(224.858)
Outros ativos	44.688	23.436
Varição em passivos operacionais - aumento / (diminuição)	<u>(663.307)</u>	<u>(132.110)</u>
Outros passivos	(657.231)	(73.250)
Impostos sobre lucro	(6.076)	(58.860)
Caixa líquido aplicado das atividades operacionais	<u>(423.954)</u>	<u>(156.364)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(9.608)</u>	<u>(3.664)</u>
Aquisição de imobilizado de uso	(9.608)	(3.664)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>435.512</u>	<u>5.623</u>
Depósitos e demais instrumentos financeiros	454.359	5.623
Remuneração de capital próprio	(18.847)	-
Aumento / (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.950</u>	<u>(154.405)</u>
Modificações na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	143.682	468.692
No fim do período	<u>145.632</u>	<u>314.287</u>
Aumento / (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.950</u>	<u>(154.405)</u>

PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Pernambuco Financiera S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financiera”) tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços para capital de giro, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas e não vedadas para as sociedades de crédito, financiamento e investimento. A Financiera é emissora e administra cartões de crédito e contas de pagamento, podendo ainda praticar as atividades a estas afins e os demais procedimentos necessários para a sua colocação no mercado, na forma da legislação em vigor, sendo participante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, dos dispositivos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências, nos estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

(a) Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BACEN nº 3.959/2019 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras da Pernambuco Financiera S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, a Financiera realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva circular, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme artigo 5º da Circular BACEN nº 3.959/2019, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior, e as demais demonstrações, estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura em períodos anteriores como segue:

Classificação do COSIF	31/12/2019	01/01/2020	Nova classificação
Disponibilidades	54.241	54.241	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações interfinanceiras de liquidez	89.441	89.441	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações interfinanceiras de liquidez	204.000	204.000	Aplicações interfinanceiras de liquidez
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	153.863	153.863	Títulos e valores mobiliários
Operações de créditos	1.485.014	1.485.014	Operações de créditos
Outros créditos – Títulos e créditos a receber	1.379.448	1.379.448	Operações de créditos
Operações de créditos	(511.852)	(511.852)	Provisão para perdas esperadas associadas a risco de crédito
Outros créditos	(7.314)	(7.314)	Provisão para perdas esperadas associadas a risco de crédito
Outros créditos	331.630	331.630	Outros instrumentos financeiros
Outros créditos	239.926	239.926	Créditos tributários
Outros valores e bens	6.534	6.534	Outros ativos
Investimentos	67	67	Investimento em participação em controlada
Imobilizado de uso	26.715	26.715	Imobilizado de uso
Intangível	85.672	85.672	Imobilizado de uso
Depreciações e amortizações	(39.482)	(39.482)	Depreciações e amortizações
Recursos de aceites e emissão de títulos	755.359	755.359	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Depósitos	4.647	4.647	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Outras obrigações	434.817	434.817	Contingências
Outras obrigações	1.655.294	1.655.294	Outros passivos
Capital social	298.000	298.000	Capital social
Reserva de lucros	349.786	349.786	Reservas

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 28 de setembro de 2020.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 e CPC 03 são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com prazo igual ou inferior a 90 dias, entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Financiera são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial, conforme a Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria “Títulos para negociação”.

Os títulos classificados para negociação são apresentados e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, sendo que as variações são reconhecidas no resultado do período.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Financiera não possuía títulos classificados como disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento.

(e) Operações de crédito, títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H”, permanecem nessa classificação pelo período de seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 9.

(f) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

(g) Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A Financiera adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas, conforme descrito na Nota 3 (h). A Financiera efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



(h) Intangível

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Financiadora, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*;
- Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*.

Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída pela alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro.

A contribuição social foi calculada pela alíquota de 15% até 31 de agosto de 2015 e a alíquota de 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 sobre o lucro líquido ajustado, conforme Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, que foi convertida na Lei nº 13.169/15 em 6 de outubro de 2015.

(j) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional, que determinam que a Financiadora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, às seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

É constituído crédito tributário de imposto de renda (25%) e contribuição social (15%), calculado sobre as diferenças temporais, representadas pelo montante das despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins do referido imposto e contribuição. O total dos créditos tributários está registrado na rubrica "Outros créditos - diversos" no grupo dos ativos circulante e realizável a longo prazo.

(k) Captações em recursos de aceites cambiais

As captações em recursos de aceites cambiais são registradas pelo valor recebido, acrescidas pelos encargos pactuados e apropriados em cada período mensal.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões e contingências passivas - provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas, a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

(m) Provisão para recuperação de ativos (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

(n) Outros ativos e outros passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

4. Caixa e equivalente de caixa

	06/2020	12/2019
<u>Disponibilidades</u>		
Moeda nacional	14.660	53.883
Moeda estrangeira	373	358
	<u>15.033</u>	<u>54.241</u>
<u>Aplicações em depósitos interfinanceiros</u>		
Vencimento até 30 dias	130.599	89.441
	<u>145.632</u>	<u>143.682</u>

As receitas decorrentes das aplicações interfinanceiras são apresentadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários (vide nota explicativa 6).

5. Aplicações interfinanceiras

	06/2020	12/2019
<u>Aplicações em operações compromissadas</u>		
Vencimento até 365 dias	530.134	204.000
	<u>530.134</u>	<u>204.000</u>

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e operações compromissadas, no semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 6.482 (06/2019 - R\$ 10.615), com rendimento médio anual de 100,11% a.a. (06/2019 - 99,92% a.a.) do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI"). O resultado com aplicações interfinanceiras está registrado na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração de Resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria "Títulos para negociação". De acordo com a categoria estabelecida na regulamentação vigente, estavam assim compostas:

	Valor de custo em 06/2020	Valor de mercado em 06/2020	Valor de mercado em 12/2019
<u>Títulos privados</u>			
<u>Carteira própria</u>			
Títulos em renda fixa	1.139	1.139	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	167.931	167.931	153.863
	<u>169.070</u>	<u>169.070</u>	<u>153.863</u>
Circulante		24.681	153.863
Não Circulante		144.389	-

PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

PERNAMBUCANAS

Pernambucanas Financiadora S/A
Crédito, Financiamento e Investimento

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O resultado no semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 2.801 (06/2019 – R\$ 4.918). O resultado com títulos e valores mobiliários está registrado na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração de Resultado.

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	06/2020	12/2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.482	10.614
Títulos públicos	2.801	4.918
Outros	154	24
Total	9.437	17.139

7. Instrumentos financeiros derivativos

A Financiadora pode se utilizar de instrumentos financeiros derivativos para atender às suas necessidades próprias, de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Financiadora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

8. Operações de crédito

As informações da carteira, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019, são assim sumarizadas:

(a) A composição da carteira de operações de crédito e títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, por modalidade de operação, está assim representada:

	06/2020	12/2019
Direitos creditórios descontados	20.595	26.460
Operações de crédito	1.379.985	1.458.554
Total de operações de crédito	1.400.580	1.485.014
Títulos e créditos a receber (*)	959.194	1.379.448
Total de títulos e créditos a receber	959.194	1.379.448
Total da carteira	2.359.774	2.864.462
Circulante	2.316.464	2.849.821
Não Circulante	43.310	14.641

(*) Operações com cartão de crédito *private label* e bandeirado.

No semestre findo em 30 de junho de 2020, o saldo de valores renegociados com clientes é no valor de R\$ 260.724 (12/2019 – R\$ 549.819).

(b) O vencimento da carteira de operações de crédito apresenta o seguinte perfil:

Prazo	06/2020		12/2019	
	A vencer	Vencidos	A vencer	Vencidos
	Valor	%	Valor	%
Até 30 dias	836.446	44,33	46.234	9,77
De 31 a 60 dias	256.104	13,58	12.415	2,63
De 61 a 90 dias	186.099	9,86	3.090	0,65
De 91 a 180 dias	319.955	16,96	81.753	17,28
De 181 a 365 dias	244.805	12,97	329.563	69,67
Acima de 365 dias	43.310	2,30	-	-
	1.886.719	100,00	473.055	100,00

(c) Por setor de atividade:

	06/2020	12/2019
Pessoa física	2.359.774	2.864.462

(d) Receitas de operações de crédito

	06/2020	06/2019
Crédito pessoal	399.893	562.253
Crédito direto ao consumidor	-	556
Direitos creditórios descontados	779	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 9)	82.483	24.007
	483.155	586.816

9. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi movimentada pelos seguintes eventos, nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019:

	06/2020	12/2019
Saldo inicial	519.166	485.372
Complemento	398.553	619.279
Baixas contra a provisão	(396.471)	(585.485)
Saldo final	521.248	519.166

Composição da carteira por nível de risco:

Nível	06/2020			12/2019		
	A vencer	Vencidos	Total	Percentual de provisão	Provisão contabilizada	Total
A	1.605.813	29.817	1.635.630	0,50	8.178	2.054.698
B	37.080	17.058	54.138	1,00	541	77.233
C	33.791	12.790	46.581	3,00	1.397	77.765
D	34.920	5.284	40.204	10,00	4.020	78.032
E	56.355	4.242	60.597	30,00	18.179	80.344
F	41.779	35.199	76.978	50,00	38.489	75.403
G	20.381	50.620	71.002	70,00	49.701	77.338
H	56.600	318.045	374.645	100,00	374.645	343.649
	1.886.719	473.055	2.359.774		495.151	2.864.462
Complementar (*)					26.097	38.526
					521.248	519.166

(*) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN, com base no julgamento e experiência da Administração, de forma a contemplar avaliações mais prudentes dos riscos nas operações com clientes.

A Financiadora efetuou a baixa de operações de crédito contra prejuízo após 180 dias da classificação no nível "H".

No semestre findo em 30 de junho de 2020, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão no montante de R\$ 82.483 (06/2019 – R\$ 24.007).

O indicador *Over 90* dos clientes da carteira do cartão bandeirado reduziu 3,3 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se, principalmente, às ações de mitigação aos impactos da pandemia (COVID 19). Em 30 de junho de 2020, o indicador foi de 16,6% (12/2019 – 19,46%).

PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

PERNAMBUCANAS

Pernambucanas Financiadora S/A
Crédito, Financiamento e Investimento

10. Outros instrumentos financeiros

	06/2020	12/2019
Valores a receber da Controladora (Nota 20)	8.178	74.012
Imposto de renda e contribuição social a compensar	84.009	147.954
Devedores diversos – País	37.175	54.374
Devedores por depósito em garantia	3.044	2.887
Outros	77.902	52.403
	<u>210.308</u>	<u>331.630</u>
Circulante	140.540	275.446
Não Circulante	69.768	56.184

11. Créditos tributários

A Financiadora adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 do BACEN e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

(a) Natureza e origem dos créditos tributários

	06/2020			12/2019		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	35.709	21.425	57.134	37.039	22.224	59.263
Provisão para PIS e COFINS (Nota 14)	109.862	65.917	175.779	108.704	65.222	173.926
Outras	4.397	2.639	7.036	4.211	2.526	6.737
	<u>149.968</u>	<u>89.981</u>	<u>239.949</u>	<u>149.954</u>	<u>89.972</u>	<u>239.926</u>

Com base no atual nível de capitalização e operações da Financiadora e considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2020 tenham a sua realização futura da seguinte forma:

(b) Expectativa de realização

	Realização		Total
	2020	2021 a 2029	
Créditos tributários de imposto de renda			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	35.709	-	35.709
Provisão para PIS e COFINS (Nota 14)	-	109.862	109.862
Outras	1.624	2.773	4.397
	<u>37.333</u>	<u>112.635</u>	<u>149.968</u>
Valor presente	<u>35.676</u>	<u>89.738</u>	<u>125.414</u>
Créditos tributários de contribuição social			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	21.425	-	21.425
Provisão para PIS e COFINS (Nota 14)	-	65.917	65.917
Outras	975	1.664	2.639
	<u>22.400</u>	<u>67.581</u>	<u>89.981</u>
Valor presente	<u>21.406</u>	<u>53.843</u>	<u>75.249</u>

Para fins de determinação do valor presente, da realização futura, estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 4,65% ao ano, referente ao custo médio de captação da Financiadora.

(c) Movimentação dos créditos tributários no período

No semestre findo em 30 de junho, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação, segregadas pelas bases para constituição:

	Saldo inicial	Adições	Realizações	Saldo final
Imposto de renda				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	37.039	1.095	(2.425)	35.709
Provisão para PIS e COFINS (Nota 14)	108.704	1.158	-	109.862
Outras	4.211	186	-	4.397
	<u>149.954</u>	<u>2.439</u>	<u>(2.425)</u>	<u>149.968</u>
Contribuição social				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	22.224	656	(1.455)	21.425
Provisão para PIS e COFINS (Nota 14)	65.222	695	-	65.917
Outras	2.526	113	-	2.639
	<u>89.972</u>	<u>1.464</u>	<u>(1.455)</u>	<u>89.981</u>
06/2020	<u>239.926</u>	<u>3.903</u>	<u>(3.880)</u>	<u>239.949</u>
12/2019	<u>219.438</u>	<u>20.488</u>	<u>-</u>	<u>239.926</u>

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, todos os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social haviam sido reconhecidos pela Financiadora.

(d) Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	06/2020	06/2019	06/2020	06/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	13.536	81.462	13.536	81.462
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social – 25% e 15% (Nota 3 (h)) – %	25	25	15	15
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(3.384)	(20.366)	(2.030)	(12.219)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Adições permanentes	(377)	(1.085)	10	(188)
Efeito decorrente da alíquota da CSLL (*)	-	-	-	(5.516)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do semestre	<u>(3.761)</u>	<u>(21.451)</u>	<u>(2.020)</u>	<u>(17.923)</u>

(*) No período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, para as instituições financeiras e equiparadas, a alíquota da contribuição social foi alterada de 15% para 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015.

PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



12. Imobilizados em uso

- (a) Imobilizados
Representados por instalações, móveis e equipamentos de uso e em curso, no montante de R\$ 35.123 (12/2019 – R\$ 26.330).
- (b) Intangível
Representado por *softwares* em andamento no montante de R\$ 38.297 (12/2019 – R\$ 46.575).

13. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e outros clientes

	06/2020	12/2019
(a) Diversificação por produto		
Depósitos a prazo	367.363	-
Recursos de aceites cambiais	836.405	755.359
Contas de pagamentos	10.597	4.647
	<u>1.214.365</u>	<u>760.006</u>
(b) Diversificação por prazo		
Sem prazo	10.597	4.647
Vencimento até 365 dias	538.863	545.231
Vencimento acima de 365 dias	664.905	210.128
	<u>1.214.365</u>	<u>760.006</u>

Recursos de aceites cambiais referem-se às letras de câmbio emitidas pela Financiadora, pactuadas junto a terceiros. O resultado de recursos de aceites cambiais em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 15.611 (06/2019 – R\$ 31.141), 136,85% a.a. do CDI e com prazo médio de 1,3 anos (06/2019 – 119,92% a.a. do CDI e prazo médio de 2,7 anos).

14. Provisões

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Os critérios de reconhecimento e base de mensuração para determinação de contingências ativas e passivas levam em conta o estudo detalhado das ações judiciais e dos processos administrativos, e são baseados, também, na opinião profissional dos advogados patrocinadores dessas causas.

- (a) Ativos contingentes – Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização.
- (b) Provisão para riscos fiscais (obrigação legal) – é decorrente de mandado de segurança impetrado, com o objetivo de questionar a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requereu-se, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração do direito das impetrantes de compensarem os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e COFINS, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. A Financiadora está efetuando o recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação à Lei nº 9.718/98. Em 30 de junho de 2020, o montante destacado como provisão para riscos fiscais é de R\$ 439.447 (12/2019 – R\$ 434.817).

As provisões são demonstradas como segue:

	PIS	COFINS	06/2020 Total
Saldo inicial	60.781	374.036	434.817
Atualizações	647	3.983	4.630
Saldo final	<u>61.428</u>	<u>378.019</u>	<u>439.447</u>
			12/2019 Total
Saldo inicial	58.748	361.524	420.272
Atualizações	2.033	12.512	14.545
Saldo final	<u>60.781</u>	<u>374.036</u>	<u>434.817</u>

- (c) Provisão e passivos contingentes – A Financiadora constitui provisão relativa a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. As principais ações cíveis são relacionadas a relações de consumo. A provisão registrada nas demonstrações financeiras, no valor de R\$ 11.092 (12/2019 – R\$ 10.284), é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos montam R\$ 10.219 (12/2019 – R\$ 6.564).

15. Outros passivos

	06/2020	12/2019
Sociais e estatutárias	1.938	18.847
Imposto de renda	3.726	50.626
Contribuição social	1.999	30.511
PIS e COFINS a recolher	16.430	4.911
Valores a pagar às sociedades ligadas (Nota 20)	51.424	530.228
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados (cartão de crédito) (*)	752.879	947.049
Outras	79.349	73.122
	<u>907.745</u>	<u>1.655.294</u>

(*) Referem-se a débitos originários de aquisições de bens e serviços por usuários de cartão de crédito, pendentes de pagamentos aos estabelecimentos comerciais filiados.

16. Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2020, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 298.000.000 (298.000.000 em 2019) ações ordinárias no valor de um real cada. Aos acionistas está assegurado dividendo mínimo, correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício a ser aprovado por deliberação da Assembleia Geral Ordinária. A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2020, aprovou a distribuição do lucro líquido do exercício de 2019, da seguinte forma:

- Distribuição de dividendos: R\$ 18.847, refere-se a dividendos mínimos obrigatórios (dividendos retidos em 2019 – R\$ 10.544);
- Manutenção para reserva estatutária: R\$ 56.541 (2018 – R\$ 42.178).

Em 30 de junho de 2020, foram apurados dividendos, conforme demonstrado abaixo:

	06/2020	12/2019
Lucro líquido do semestre	7.755	75.388
Dividendos – 25% base	1.938	18.847

Reserva de lucros – Estatutária

Poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Financiadora, bem como para garantir futuras distribuições de dividendos.

Reserva de lucros – Legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

PERNAMBUCANAS

Pernambucanas Financiadora S/A
Crédito, Financiamento e Investimento

17. Receitas de prestação de serviços

	06/2020	06/2019
Rendas de serviços prioritários – PF	7.310	19.357
Cartão de crédito diferenciado	73.678	76.962
Receita de outros serviços	39.498	46.074
	<u>120.486</u>	<u>142.393</u>

18. Outras despesas administrativas

	06/2020	06/2019
Comunicação	3.822	4.782
Processamento de dados	25.931	24.698
Propaganda e publicidade	8	228
Serviços técnicos	2.486	3.891
Serviços de terceiros	11.134	13.705
Serviços do sistema financeiro	13.053	13.751
Despesas compartilhadas (Nota 20 (a))	39.440	88.246
Despesas com transporte	5.524	6.403
Outras	13.823	12.525
	<u>115.221</u>	<u>168.229</u>

19. Outras receitas / despesas operacionais

	06/2020	06/2019
Outras receitas operacionais	43.438	44.070
Receitas de intermediação (cartão de crédito)	37.663	42.535
Outras	5.775	1.535
Outras despesas operacionais	(56.294)	(37.970)
Descontos concedidos	(36.484)	(9.338)
Juros outros	(12)	(6)
Despesas com cartão de crédito	(9.814)	(18.826)
Correspondente bancário	(2.591)	(2.704)
Manutenção de dados	(3.129)	(4.065)
Outras	(4.264)	(3.047)
	<u>(14.457)</u>	<u>5.162</u>

20. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, inclusive os respectivos efeitos em contas de resultado, efetuadas em condições normais de mercado, no que refere-se a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são os seguintes:

	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
	06/2020	12/2019	06/2020	12/2019
<u>Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas (Controladora)</u>				
Valores a receber (i)	8.178	74.012	-	-
Contas a pagar (ii)	(60.898)	(504.478)	-	-
Contas a receber / pagar (iii)	9.474	(25.750)	(45.616)	(163.675)
Dividendos a pagar (Nota 14)	(1.938)	(18.847)	-	-

- (i) Referem-se, substancialmente, aos pagamentos de clientes financiados, efetuados na Controladora, que são repassados para a Financiadora no prazo médio de cinco dias.
- (ii) Referem-se aos valores a repassar à Controladora, em um prazo médio de cinco dias a vinte e oito dias, relativos a financiamentos de clientes.
- (iii) A Controladora e a Financiadora, em outubro de 2016, firmaram parceria na qual consiste em oferecer aos clientes, dentre outros, os seguintes produtos; cartão de crédito de circulação ampla (bandeirado) ou restrita (*private label*), operações de crédito pessoal, operações de crédito ao consumidor, distribuição de quaisquer outros produtos financeiros, previdenciários ou securitários, bem como quaisquer outros negócios, serviços ou produtos permitidos pela regulamentação do CMN, BACEN e da SUSEP. Todas as receitas e despesas são divididas entre as duas empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma. Esta divisão é feita mensalmente através da apresentação dos resultados do mês e a devida liquidação entre as duas empresas no mês subsequente. Em 30 de junho de 2020, o resultado da parceria está distribuído em despesas de *profit sharing* de R\$ 29.219 (12/2019 – R\$ 137.650), reembolsos de despesas administrativas de R\$ 10.221 (12/2019 – R\$ 18.384) e remuneração por serviços de empregados da Controladora de R\$ 6.176 (12/2019 – 7.641).

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga aos administradores no semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 1.763 (12/2019 – R\$ 4.530), incluindo salários e encargos.

A Financiadora não concede outros benefícios aos administradores e aos empregados, tais como: assistência médica pós-emprego, plano de pensão na condição de benefício definido ou contribuição definida ou, ainda, remuneração baseada em ações.

21. Limites operacionais (acordo da Basileia)

A Financiadora está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O índice da Basileia para 30 de junho de 2020 é de 19,62% (12/2019 – 15,84%).

22. Outras informações

Covid-19

A Financiadora informa que em resposta aos efeitos do Coronavírus (COVID 19) e visando zelar pelas famílias brasileiras, tem adotado as medidas sugeridas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como as do Ministério da Saúde do Brasil e aquelas emanadas da União, Estados e Municípios, a controladora Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas optou por fechar temporariamente, a partir de 22 de março de 2020, todas as suas lojas físicas no país, até que sejam observadas as condições de segurança que permitam executar suas operações de maneira regular.

A Financiadora está avaliando fontes que possam mitigar os efeitos negativos do quadro atual e segue monitorando os riscos e incertezas advindos deste evento.

Do ponto de vista de caixa, a Financiadora encontra-se em um cenário de liquidez favorável, porém observa a evolução dos fatos, bem como aguarda medidas governamentais, de ordem de saúde pública bem como econômicas e tributárias, que possam garantir a serenidade, retomada e prosperidade econômica e social do país.

A Financiadora se resguarda o direito de revisar suas ações e projeções, fruto de alterações futuras que possam advir do tema em tela.

23. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de setembro de 2020, foi aprovada pela Administração a mudança da denominação social da Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento para PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, e em 18 de setembro de 2020 foi aprovada pelo Banco Central do Brasil.

SÉRGIO ANTONIO BORRIELLO
Diretor-Presidente

MARCELLO MIRANDA
Diretor de Produtos

EDUARDO CIDADE DA SILVA
Diretor Jurídico

WALTER HIRATA OUCHI
Diretor de Crédito e Cobrança

SILVIA LOPES VILAS BOAS MAGALHÃES
Diretora de Gente e Gestão / Tecnologia

ABENER BÔA
Diretor Contábil / Contador - CRC 1SP095415/O-4

PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da
Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pernambuco Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pernambuco Financiadora S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de setembro de 2020.